

Sinopse internacional n. 11, mar. 2009

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/sinopse_intl.asp

Nº 11 – Março de 2009

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Equipe Técnica: Ana Claudia Alem – Fabrício Catermol – Rodrigo Madeira – Simone Saisse
Apoio: Amanda Pinheiro e Raphael Mendes

1) PANORAMA MUNDIAL

SUMÁRIO

Panorama mundial.....	1
Perspectivas da economia mundial em 2009.....	1
O desempenho da economia mundial no segundo semestre de 2008.....	2
As políticas monetária e fiscal anticíclicas no combate à crise.....	7
Box: O Brasil e o combate à crise mundial: há motivos para otimismo?...	8
Os investimentos externos diretos no período recente.....	10
Perspectivas.....	10
Resultados preliminares de 2008.....	11
Aspectos do crescimento de 2003 a 2007.....	13
Box: Empresas transnacionais e investimentos em infraestrutura.....	15
Comércio Exterior Brasileiro.....	16
Box: ACC em alta e Libor em queda....	17
Box: Trade Policy Review da OMC confirma Brasil como Global Trader....	19
Matéria especial: A evolução das relações econômicas entre China e Estados Unidos.....	24
Introdução.....	24
A aproximação entre os EUA e a China.....	24
Conclusões.....	29

1.1 – Perspectivas da economia mundial em 2009

Com a piora da crise financeira mundial a partir de setembro de 2008, o FMI estima que o PIB mundial irá variar entre -1,0% e -0,5% em 2009 e entre 1,5% e 2,5% em 2010, desacelerando com relação ao crescimento verificado em 2008, 3,2% (Tabela 1.1). Com relação aos preços ao consumidor, o FMI prevê que a economia mundial terá uma queda da inflação em 2009, seguida por uma aceleração do ritmo do crescimento dos preços em 2010. Ainda, estima-se que após a disparada dos preços das *commodities* no início de 2008, no ano de 2009 continuará a tendência de queda destes preços iniciada no 2º semestre de 2008.

Os resultados de 2008 confirmaram a tendência do aumento da participação dos países emergentes em desenvolvimento na economia mundial (Gráfico 1.1).

A Sinopse Internacional é um trabalho de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o ponto de vista do BNDES.

Fechamento da edição: 02/04/2009

E-mail: sinopseinternacional@bndes.gov.br

Tel: 55 – 21 – 2172-7369

Para receber a Sinopse Internacional diretamente em seu e-mail, entre em contato conosco.

Tabela 1.1 - Projeções do FMI para o crescimento do PIB (19/03/09) - %

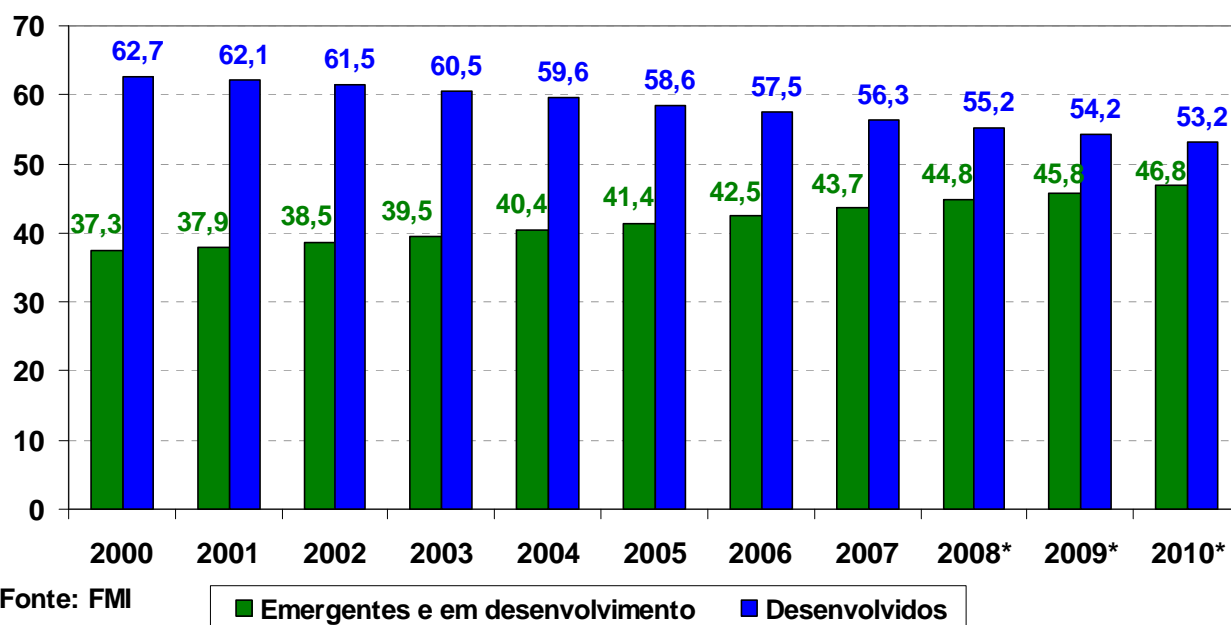
	2008	2009	2010
Mundo	3,2	-0,5 a -1,0	1,5 a 2,5
Desenvolvidos	0,8	-3,0 a -3,5	0,0 a 0,5
EUA	1,1	-2,6	0,2
Zona do Euro	0,9	-3,2	0,1
Japão	-0,7	-5,8	-0,2
Emergentes e em desenvolvimento	6,1	1,5 a 2,5	3,5 a 4,5

Fonte: FMI

Como é possível observar pelos dados supracitados, os países desenvolvidos foram mais afetados pela crise econômica, apresentando taxas de variação do PIB inferiores aos países em desenvolvimento.

Segundo projeções do FMI a participação dos países emergentes e em desenvolvimento no PIB mundial poderá ficar muito próxima dos 50% já em 2010.

Gráfico 1.1 - Composição do PIB mundial



1.2 – O desempenho da economia mundial no segundo semestre de 2008

Após um primeiro semestre marcado por intensa volatilidade e incerteza econômica, os indicadores do segundo semestre de 2008 confirmaram a forte desaceleração do nível de atividade da economia internacional.

Com a falência do Lehman Brothers, quarto maior banco de investimento dos EUA, em setembro de 2008, o pessimismo com relação à economia mundial acentuou-se, causando grande contração do crédito e da atividade econômica em todo o mundo.

Em meio ao agravamento da crise econômica, houve forte desaceleração dos preços das *commodities*, associada à retração da demanda mundial. (Gráfico 1.2)

A aceleração da redução dos preços das *commodities* na segunda metade do ano, em meio à grande contração da atividade econômica norte-americana, fez com que o FED acelerasse a redução da taxa de juros básica da economia norte-americana, que atingiu o menor nível de sua história (Gráfico 1.3).

As bolsas internacionais, que já vinham em processo de desvalorização, ampliaram as suas quedas após a falência do Lehman Brothers, intensificando o processo de deflação de ativos que já vinha ocorrendo desde o início da crise *sub-prime*. (Gráfico 1.4)

Gráfico 1.2 - Índice de preços das *commodities*

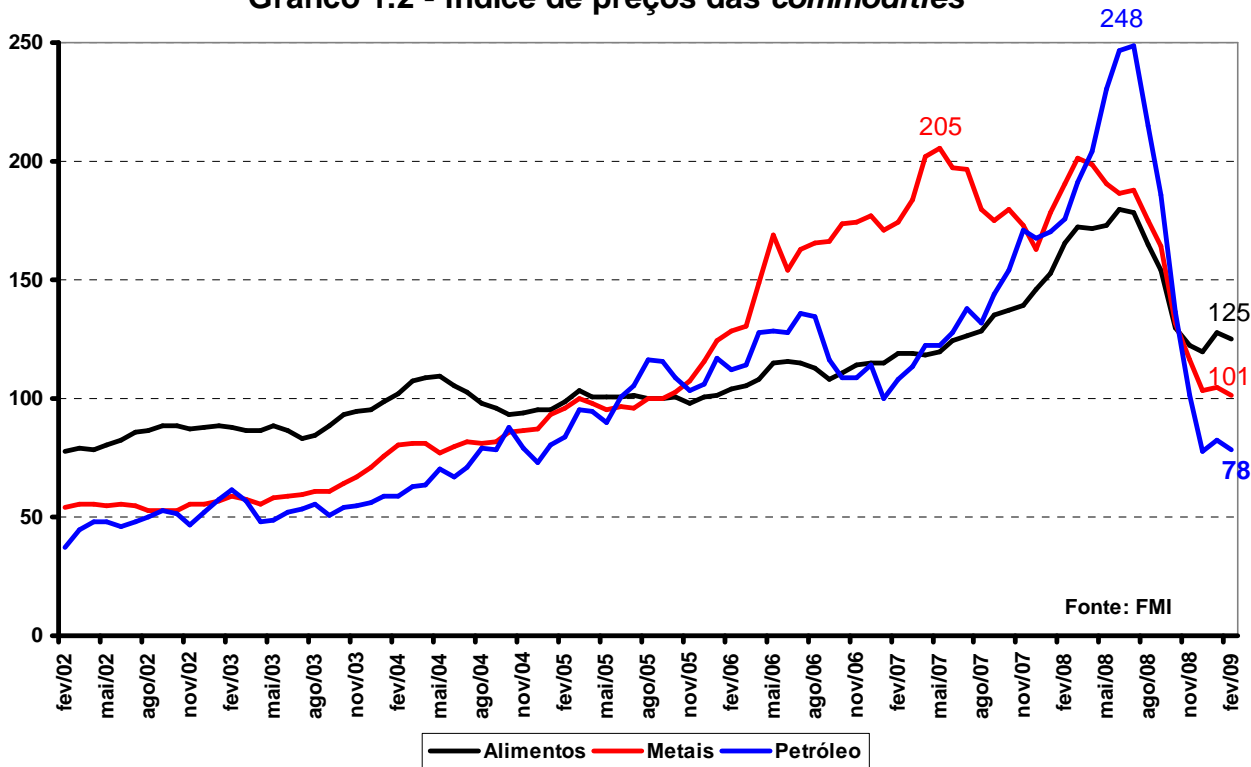
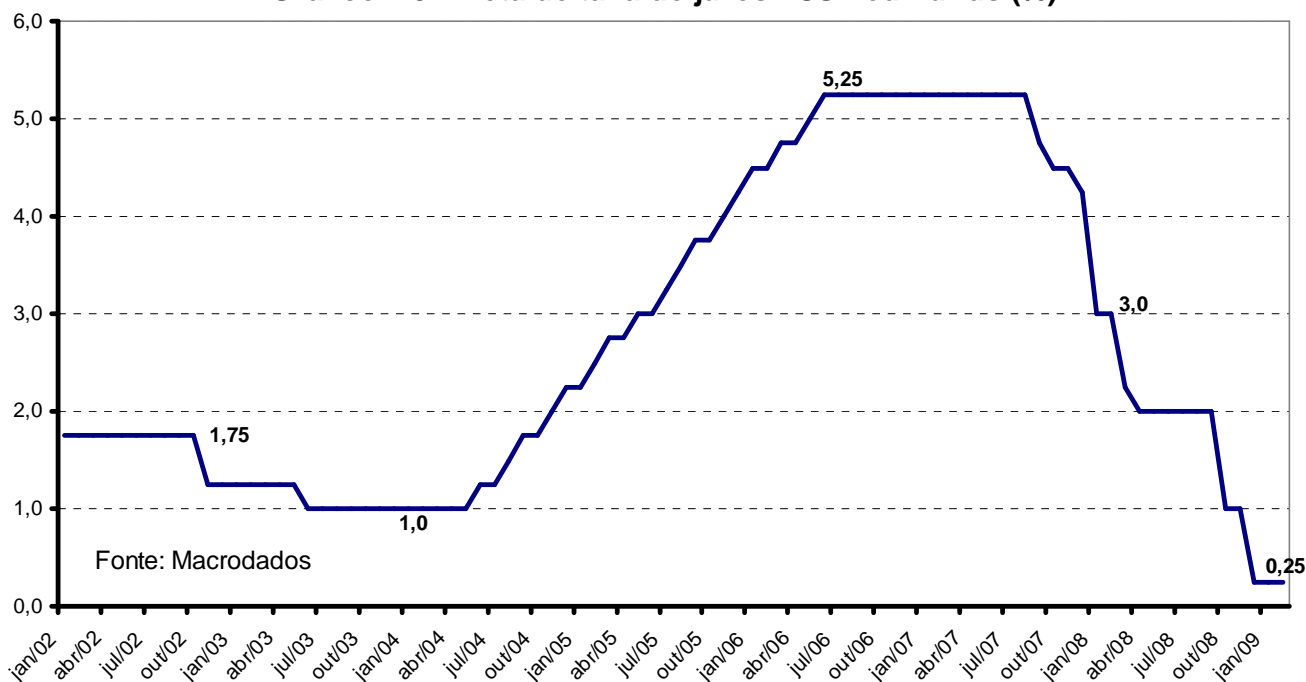
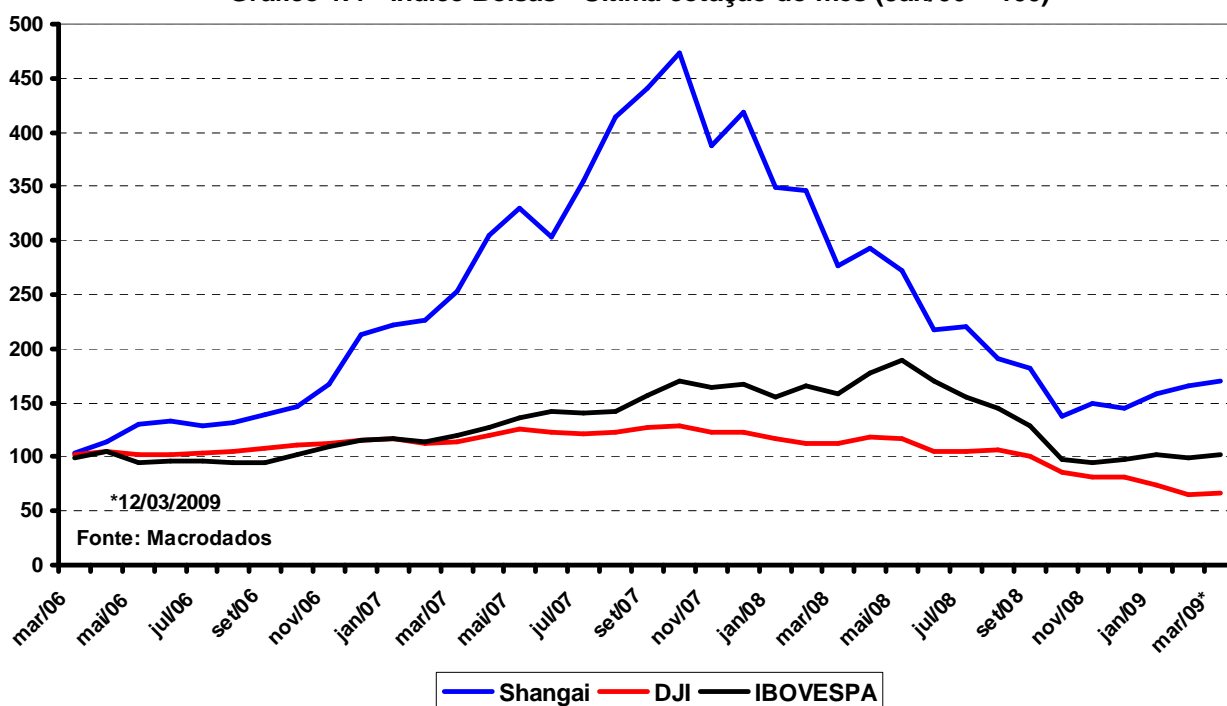


Gráfico 1.3 - Meta de taxa de juros - US Fed Funds (%)



As seguidas reduções nas taxas básicas de juros não foram capazes de influenciar o resultado do quarto trimestre de 2008, que registrou maior retração que no terceiro trimestre nas economias desenvolvidas (Tabela 1.2).

Gráfico 1.4 - Índice Bolsas - Última cotação do mês (Jan/06 = 100)



Nos EUA, apesar das sucessivas reduções dos juros a partir de julho de 2007, e aceleração das quedas a partir de setembro de 2008, o PIB norte-americano recuou no 3º trimestre, acentuando a retração no 4º trimestre, entrando em recessão técnica, que consiste na retração da atividade econômica por 2 trimestres seguidos.

Tabela 1.2 - Crescimento do trimestre ante ao trimestre imediatamente anterior (%) - Com ajuste sazonal

	2008 T1	2008 T2	2008 T3	2008 T4
EUA	0,2	0,7	-0,1	-1,6
Japão	0,3	-1,2	-0,4	-3,2
Zona do Euro	0,7	-0,3	-0,2	-1,5
Alemanha	1,5	-0,5	-0,5	-2,1
França	0,4	-0,3	0,1	-1,2
Italia	0,3	-0,6	-0,7	-1,9
Reino Unido	0,4	0,0	-0,7	-1,5
Canada	-0,2	0,1	0,2	-0,8
G7	0,4	0,1	-0,3	-1,8

Fonte: OCDE

Após um segundo trimestre surpreendente, com crescimento inesperado de 2,8% (anualizado, dessazonalizado e em relação ao trimestre imediatamente anterior) do PIB norte-americano, as taxas de variação do PIB no terceiro e quarto trimestre refletiram os efeitos do agravamento da crise, registrando retrações de 0,5% e 6,3%, respectivamente. Segundo dados do Fed, o consumo das famílias retraiu-se 3,8% e 4,3% nos dois últimos trimestres de 2008. Os investimentos e as exportações saíram de um crescimento no 3º trimestre de 2008 para uma queda elevada no 4º trimestre: de +0,4% para -23,0%, e de +3,0% para -23,6% respectivamente. Os gastos do governo não amenizaram a retração do PIB, como havia ocorrido no 3º trimestre em que estes cresceram 5,8%. No 4º trimestre o aumento foi de 1,3%, sinalizando forte desaceleração do consumo e investimento do governo. Com isso, a economia norte-americana cresceu 1,1% em 2008. Em 2007 o crescimento havia sido de 2,0%.

Na Zona do Euro, o 3º e 4º trimestres confirmaram a recessão que já havia sido sinalizada no 2º trimestre de 2008. Segundo a Eurostat, após uma retração de 0,2% (dessazonalizado e ante o trimestre imediatamente anterior) no 2º trimestre, a economia da Zona do Euro desacelerou mais, registrando contrações de 0,2% e 1,5% nos trimestres seguintes. Em 2008, a economia da Zona do Euro cresceu 0,8%, ante um crescimento de 2,6% em 2007. No 4º trimestre a queda foi generalizada em todas as subdivisões pela ótica da deman-

da, com destaque para a formação bruta de capital fixo (-2,7%) e para as exportações (-7,3%). Setorialmente, a indústria apresentou retração de 5,4%.

No Japão, após um 2º trimestre de 2008 marcado por uma retração da economia, o 3º trimestre apresentou uma menor contração, seguida por uma grande queda do PIB no último trimestre de 2008. No 4º trimestre, a maior contração do PIB (3,2%) foi resultado da ampliação da retração da produção industrial (12,0%) e dos pedidos de máquinas pelo setor privado (16,7%) somados à grande retração das exportações (15,1%) e das novas construções (7,7%). Com isso, o PIB japonês apresentou uma retração de 0,7% em 2008, após um crescimento de 2,4% em 2007.

A economia russa, após um crescimento de 7,5% no 2º trimestre de 2008 (ante o mesmo trimestre de 2007), diminuiu o ritmo de expansão para 6,2% no 3º trimestre. Segundo analistas, a queda dos preços do petróleo foi um dos principais responsáveis pela desaceleração. As estimativas apontam para um crescimento de 2% da Rússia no quarto trimestre de 2008.

Na China, após um crescimento de 10,1% no 2º trimestre de 2008 (ante o mesmo trimestre do ano anterior), a economia desacelerou para uma expansão de 9,0% e 6,8% nos dois últimos trimestres. Em 2008, a economia chinesa cresceu 9,0%, após um crescimento de 13% em 2007. A desaceleração verificada nos dois últimos trimestres do ano foi resultado de uma intensificação da queda do setor exportador, devido ao agravamento da crise mundial. Setorialmente, a agropecuária cresceu abaixo do crescimento total da economia.

O PIB indiano cresceu 7,6% e 5,3% no 3º e 4º trimestres de 2008, respectivamente (ante o mesmo trimestre do ano anterior), depois de um crescimento de 7,9% no 2º trimestre. A menor expansão verificada no 4º trimestre ocorreu em virtude de uma retração nos setores de manufaturas e agricultura, e de uma desaceleração nos setores de construção, transportes, turismo e comércio. No último trimestre de 2008 também foi possível observar um aumento da participação do consumo do governo no PIB, acompanhado de uma diminuição da participação da formação bruta de capital fixo. Com isso, a economia da Índia cresceu 6,9% no período entre abril e dezembro de 2008. No mesmo período de 2007, o crescimento havia sido de 9,0%. Cabe ressaltar que na Índia o ano fiscal vai até 31 de março.

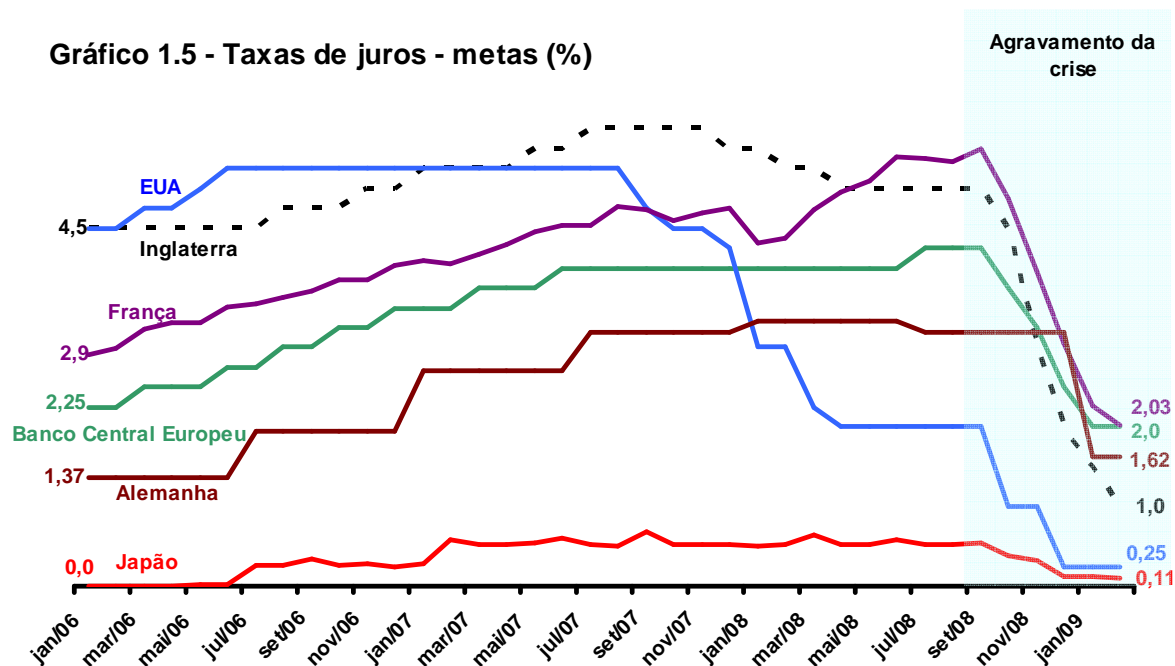
O PIB argentino continuou sua trajetória de desaceleração nos dois últimos trimestres de 2008, após duas quedas na taxa de crescimento nos dois primeiros trimestres. No 3º trimestre deste ano, a economia argentina cresceu 6,9% (anualizado e ante ao trimestre imediatamente anterior), depois de um crescimento de 7,8% no segundo trimestre. No 4º trimestre, a economia argentina continuou a desacelerar-se, crescendo 4,9%. O consumo privado novamente reduziu o ritmo de crescimento (de 6,8% para 4,3%), acompanhado de uma retração das exportações (de 12,2% para -11,3%) e dos investimentos (de 8,5% para -2,8%). Apenas o consumo do governo acelerou-se: de 6,2% para 7,3%. Em 2008, o PIB argentino cresceu 7,0%, após um crescimento de 8,7% no ano anterior.

No Chile, houve manutenção do crescimento no 3º trimestre de 2008, seguida de uma forte desaceleração do ritmo de expansão no 4º trimestre. Nos dois últimos trimestres de 2008, a economia chilena cresceu 4,6% e 0,2% (anualizado e em relação ao trimestre imediatamente anterior). A desaceleração verificada na economia chilena no último trimestre de 2008 teve como principais motivos as reduções acentuadas do ritmo das exportações, do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo. Com estes resultados, a economia chilena cresceu 3,2% em 2008. Em 2007, a variação do PIB havia sido de 4,7%.

Na economia mexicana a taxa de crescimento desacelerou-se no terceiro trimestre deste ano: de 2,9% para 1,7% (em relação ao mesmo trimestre do ano anterior). No 4º trimestre, a economia mexicana se retraiu (1,6%) devido a uma desaceleração generalizada em todos os componentes da demanda. O consumo das famílias contraiu-se 1,3%, e as exportações 8,8%. A formação bruta de capital fixo, após um crescimento de 8,1% no penúltimo trimestre do ano, cresceu 0,6% no último trimestre. Com isso, a economia mexicana cresceu 1,3% em 2008, após uma expansão de 3,3% em 2007.

1.3 – As políticas monetária e fiscal anticíclicas no combate à crise

Com o agravamento da crise internacional, os bancos centrais de diversos países relaxaram a política monetária com reduções sucessivas das taxas de juros (Gráfico 1.5). Devido à contração da demanda mundial, aumentou a preocupação com o nível de atividade econômica.



Fonte: Macrodados e Bancos Centrais dos países

Consoante à política de redução dos juros, diversos pacotes para estimular o crédito, a demanda e setores estratégicos foram anunciados pelos governos de diversos países. Em seu último relatório, o FMI divulgou um resumo dos tipos de pacotes adotados.

Tabela 1.3 - Medidas de política econômica dos países do G-20 mais Espanha e Holanda Posição em 24 de fevereiro de 2009					
	Acomodação			Resolução	
	Estabilizar, aumentar ou expandir os seguros de depósito	Garantias de empréstimos	Medidas para aumento de liquidez	Planos de recapitalização	Plano de compra de ativos
África do Sul			X		
Alemanha	x	x	x	x	x
Arábia Saudita	x	x	x		
Argentina			x		
Austrália	x	x	x		x
Brasil			x		x
Cândá		x	x		x
China			x		
Coréia do Sul		x	x	x	x
Espanha	x	x	x		x
Estados Unidos	x	x	x	x	x
França		x	x	x	
Holanda	x	x	x	x	
Índia	x		x		
Indonésia	x		x		
Itália		x	x	x	
Japão			x	x	x
México		x	x		
Reino Unido	x	x	x	x	x
Rússia	x	x	x	x	x
Turquia			x		

Fonte: Reproduzido da publicação *Global Economic Policies and Prospects* do FMI. Março de 2009.

As diversas medidas anticíclicas adotadas ainda não surtiram o efeito desejado. Entretanto, espera-se que a partir do segundo semestre de 2009 haja os primeiros sinais de recuperação do nível de atividade.

O Brasil e o combate à crise mundial: há motivos para otimismo?

É indiscutível que a crise financeira internacional já teve impactos negativos em todas as economias do globo. Os dados do PIB mostraram uma expressiva redução generalizada do nível de atividade no quarto trimestre de 2008. Entretanto, os efeitos negativos não se dão na mesma proporção em todos os países. Como as projeções mais atualizadas do FMI demonstram (Tabela 1.1), há a perspectiva de que os países em desenvolvimento e emergentes apresentem, em média, em 2009 uma desaceleração menor do seu PIB do que os países desenvolvidos.

O fato é que o Brasil dentre os emergentes possui uma série de pontos positivos que o tornam mais apto, relativamente, a combater os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o desempenho econômico.

Entre os trunfos que o Brasil possui no enfrentamento da crise destacam-se i) o potencial de seu mercado interno; ii) a existência de planos firmes de investimento, principalmente na infraestrutura, marcados por alto retorno e baixo risco; iii) um sistema bancário fortalecido, solvente e sujeito a um sistema de regulação transparente e eficiente; e iv) bancos públicos capazes de adotar uma postura anticíclica, expandindo crédito em um momento de crise de confiança nos mercados.

Em primeiro lugar, o país depende menos do setor externo do que outros emergentes e países em desenvolvimento. Antes do agravamento da crise internacional, o forte crescimento do PIB brasileiro era liderado pelo mercado interno, com destaque para o crescimento do consumo das famílias e dos investimentos. Vale destacar que a expansão dos investimentos ocorria a um ritmo expressivamente mais acelerado do que o do consumo e o do PIB: no acumulado em 12 meses até o terceiro trimestre, o investimento apresentou um crescimento de 17%, ante expansão do consumo das famílias e do PIB de 6,7% e 6,3%, respectivamente. Mesmo após os efeitos negativos da crise, os investimentos cresceram 13,8% em 2008, significativamente acima do aumento de 5,4% e 5,1%, respectivamente, do consumo das famílias e do PIB. Os investimentos públicos do PAC e o novo programa habitacional que deverá impulsionar os investimentos privados em construção, garantem perspectivas positivas para o nível global da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2009 e nos próximos anos (Gráfico 1.6).

Em relação ao mercado de crédito, ao contrário dos países desenvolvidos que estão no cerne da crise, o Brasil possui uma indústria bancária altamente solvente cuja solidez reflete uma regulação do setor transparente e eficiente (Gráfico 1.7). Agregue-se a isso, a existência de bancos públicos fortalecidos e capazes de expandir crédito em um momento de crise de confiança. Apesar do agravamento da crise a partir do mês de setembro de 2008, as operações de crédito mantiveram uma expansão expressiva. No acumulado em 12 meses até fevereiro de 2009, houve um crescimento de 28% do crédito, ante igual período do ano anterior. As atuações do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal têm contribuído para esse resultado. As operações de crédito sob responsabilidade dos bancos públicos passaram de 13,20% do PIB em setembro de 2008, para 15,4% em fevereiro de 2009, o que representou um aumento da participação no crédito total, de 34% para 37% em fevereiro de 2009 (Gráfico 1.8). Em termos de taxa de crescimento, as operações de crédito dos bancos públicos registraram um aumento de 15,9% em fevereiro de 2009, contra setembro de 2008, enquanto que as dos bancos privados nacionais e bancos estrangeiros apresentaram variações de 1,6% e 0,5%, respectivamente.

Os próprios estrangeiros têm uma avaliação positiva sobre o país, como refletem os indicadores de risco soberano e o volume de Investimentos Externos Diretos (IED). O indicador EMBI+ mostra um claro distanciamento do risco-país do Brasil em relação à média dos países emergentes (Gráfico 1.9). Quanto aos IED, os fluxos para o Brasil bateram um novo recorde em 2008, atingindo US\$ 45 bilhões. Ainda que as projeções do Banco Central apontem para

uma redução dos IED para cerca de US\$ 25 bilhões em 2009, o Brasil é considerado um dos principais alvos para os investidores estrangeiros (ver a Seção sobre IED-perspectivas). Vale acrescentar, que o nível de reservas internacionais, da ordem de US\$ 200 bilhões, também se situa em patamares recordes históricos, o que garante um colchão de liquidez importante em um momento de restrição financeira internacional.

Gráfico 1.6 - Taxa de Investimento (% do PIB)

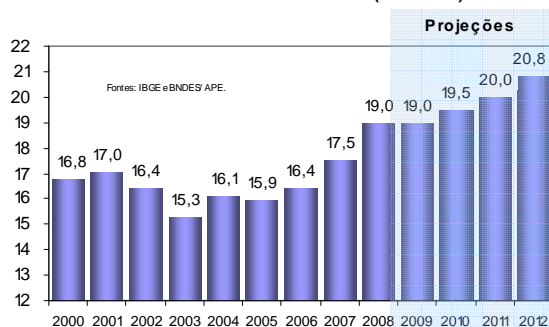


Gráfico 1.7 - Bancos brasileiros: nível de capital requerido (%)

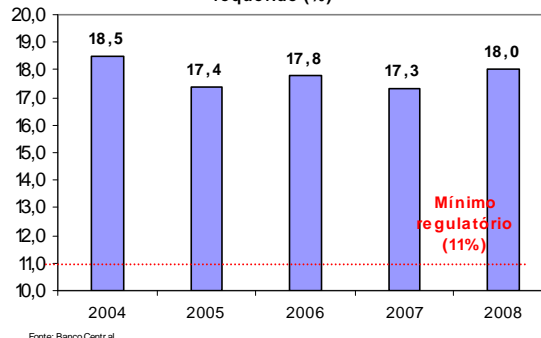


Gráfico 1.8 - Operações de crédito (% do PIB)

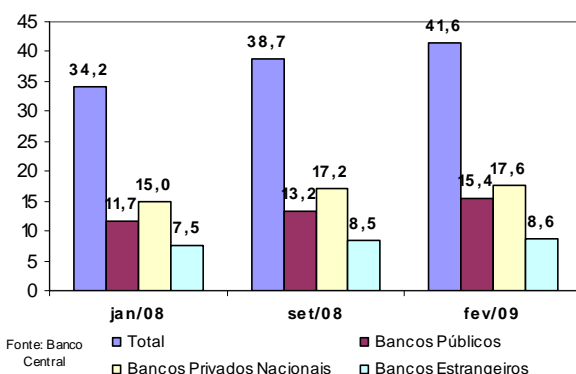
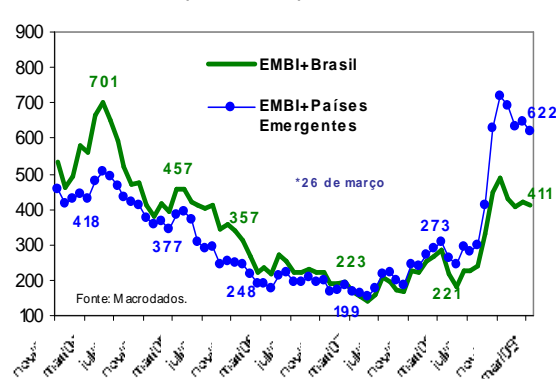


Gráfico 1.9 - Evolução do Risco País (EMBI+)



2) OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO PERÍODO RECENTE: PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO AUMENTARAM A PARTICIPAÇÃO NO FLUXO TOTAL DE 2008

2.1 – Perspectivas

Segundo o levantamento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), diante da escassez das fontes de financiamento (crédito e lucros) e da perspectiva de recessão global, muitas grandes corporações transnacionais, de diversos setores, reviram seus planos de expansão global e suspenderam ou cancelaram investimentos em novas plantas e projetos de fusão e aquisição. Como resultado, a UNCTAD projeta nova queda do IED em 2009, dessa vez também entre os países em desenvolvimento, onde os impactos da crise sobre os fluxos de capital começaram a ser sentidos mais tarde, sobretudo no último trimestre de 2008.

No médio prazo, porém, espera-se que predominem os efeitos dos fatores positivos ora presentes, permitindo a retomada dos investimentos externos diretos. Dentre esses fatores se incluem as boas oportunidades de investimento propiciadas pelo barateamento dos ativos e pelas reestruturações industriais, os pacotes de estímulo econômico lançados por vários países em resposta à crise, a rápida expansão de novas atividades produtivas, como as relacionadas ao meio ambiente e as fontes de energia renovável, e a própria capacidade de recuperação das empresas transnacionais.

Os países emergentes tendem a ser relativamente mais favorecidos na retomada. O último levantamento prospectivo feito pela UNCTAD para o IED no período 2008-2010 (World Investment Prospects Survey 2008-2010) confirmou a presença dos quatro grandes (Brasil, Índia, Rússia e China) dentre os cinco destinos preferenciais dos investimentos externos das maiores empresas transnacionais do mundo. Vale notar que, em comparação com o levantamento anterior, só Brasil, principalmente, e Rússia, em menor extensão, registraram, dentre os cinco destinos preferenciais, aumento no percentual de entrevistados que citaram o país (Tabela 2.1).

Tabela 2.1: Destinos preferidos para o IED nos próximos 3 anos				
Países	Levantamento 2008-2010		Levantamento 2007-2009	
	% de entrevistados	Posição no ranking	% de entrevistados	Posição no ranking
China	55	1º	56	1º
Índia	41	2º	45	2º
EUA	33	3º	38	3º
Rússia	28	4º	23	4º
Brasil	22	5º	14	5º
Vietnã	12	6º	13	6º
Alemanha	9	7º	7	8º
Indonésia	8	8º		
Austrália	7	9º	10	7º
Canadá	6	10º		
México	6	10º	7	8º
Reino Unido	6	10º	10	7º
Polônia			7	8º

Fonte: UNCTAD (2008). *World Investment Prospects Survey 2008-2010*

(*) Não citado entre os 10 países mais atrativos.

2.2 - Resultados preliminares de 2008

Os investimentos externos diretos no mundo, em 2008, segundo estimativas da UNCTAD, somaram US\$ 1,4 trilhão e caíram 21,0% em relação ao ano anterior (Tabela 2.2). A queda, após quatro anos consecutivos de alta, reflete o forte impacto da crise financeira nos países desenvolvidos, onde as fusões e aquisições de empresas entre países, principal motor do IED nos últimos anos, diminuiram 32,5%.

Os países em desenvolvimento e as economias em transição, que estiveram fora do epicentro da crise, ainda registraram, em conjunto, ingressos

líquidos de IED superiores aos do ano anterior, embora o crescimento relativo tenha sido bem mais modesto que o de 2007. Com esses resultados, a participação dos países desenvolvidos no fluxo global de IED, embora ainda majoritária, caiu 10 pontos percentuais, enquanto a dos países em desenvolvimento subiu de 27,3%, em 2007, para 35,7% no ano passado. As fusões e aquisições entre fronteiras nos países em desenvolvimento também cresceram, em 2008, em cerca de 16%.

Dentre os países desenvolvidos, os Estados Unidos seguiram como o de maior ingresso líquido de IED em 2008 (15,2% do total). A queda de 5,5% em relação a 2007 foi relativamente modesta em comparação à média da região. O Reino Unido, onde a queda foi de 51,2%, foi ultrapassado pela França como o segundo colocado dentre os países desenvolvidos de maior IED.

Dentre os grandes emergentes (Brasil, Índia, Rússia e China), a Índia destacou-se com um crescimento de 59,6% do IED líquido em 2008. No Brasil, segundo estimativas do Banco Central, o crescimento foi de 30,2% e levou o IED a um recorde histórico, de US\$ 45 bilhões. Na Rússia, o resultado também foi positivo, com expansão de 17,5%. Na China, onde o crescimento foi comparativamente mais modesto (10,7%), o montante do IED em 2008 correspondeu a 6,4% do total global, pouco mais do dobro da participação brasileira.

Tabela 2.2: Ingresso líquido de IED em 2007-2008 por região e principais países receptores

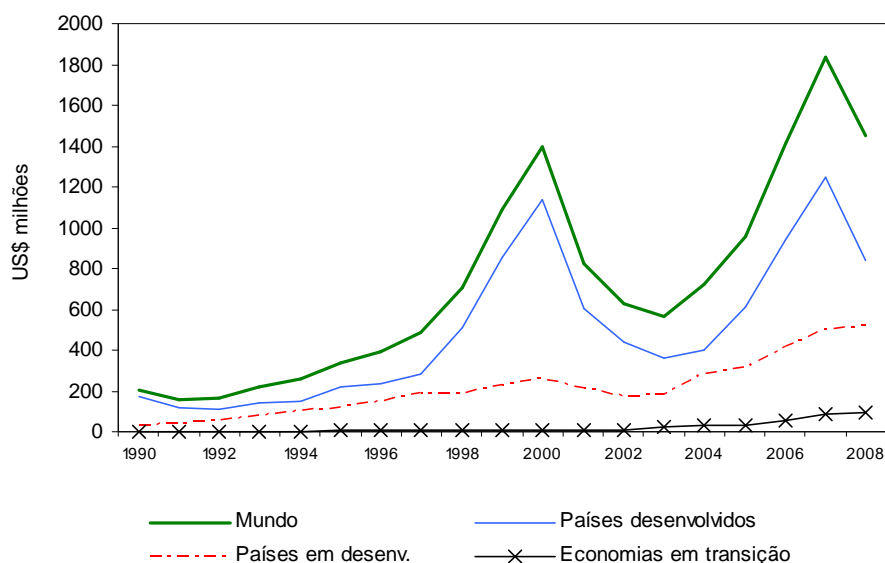
Região/país	Fluxos em US\$ bilhões		Taxa de cresc. %	Part. % 2008
	2007	2008*		
Mundo	1.833,3	1.449,1	-21,0	100,0
Países desenvolvidos	1.247,6	840,1	-32,7	58,0
União Européia	804,3	557,4	-30,7	38,5
França	158,0	114,3	-27,7	7,9
Reino Unido	224,0	109,4	-51,2	7,5
Espanha	53,4	57,3	7,3	4,0
Estados Unidos	232,8	220,0	-5,5	15,2
Japão	22,5	17,4	-22,7	1,2
Países em desenvolvimento	499,7	517,7	3,6	35,7
<i>Ásia e Oceania</i>	320,5	313,5	-2,2	21,6
China	83,5	92,4	10,7	6,4
Hong Kong	59,9	60,7	1,3	4,2
Índia	23,0	36,7	59,6	2,5
Turquia	22,0	16,4	-25,5	1,1
Cingapura	24,1	10,3	-57,3	0,7
<i>América Latina e Caribe</i>	126,3	142,3	12,7	9,8
Brasil	34,6	45,1	30,2	3,1
México	24,7	20,7	-16,2	1,4
Chile	14,5	17,8	22,8	1,2
Colômbia	9,0	10,9	21,1	0,8
Peru	5,3	7,4	39,6	0,5
Argentina	5,7	7,3	28,1	0,5
<i>África</i>	53,0	61,9	16,8	4,3
Economias em transição	85,9	91,3	6,3	6,3
Rússia	52,5	61,7	17,5	4,3

Fonte: UNCTAD e BCB

2.3 - Aspectos do crescimento de 2003 a 2007

A queda dos investimentos externos diretos em 2008 seguiu-se a um ciclo de alta iniciado em 2003 (Figura 2.1). Daquele ano até 2007, de acordo com as estatísticas consolidadas pela UNCTAD, os ingressos totais de investimento externo direto passaram de US\$ 561 bilhões para o nível recorde de US\$ 1,8 trilhão, um aumento de 227% em valores correntes. Em 2007, a despeito da crise financeira e de crédito, que começou na segunda metade do ano, o IED cresceu 30% em relação a 2006.

Figura 2.1: Evolução dos ingressos de IED 1990-2008



Fonte: UNCTAD

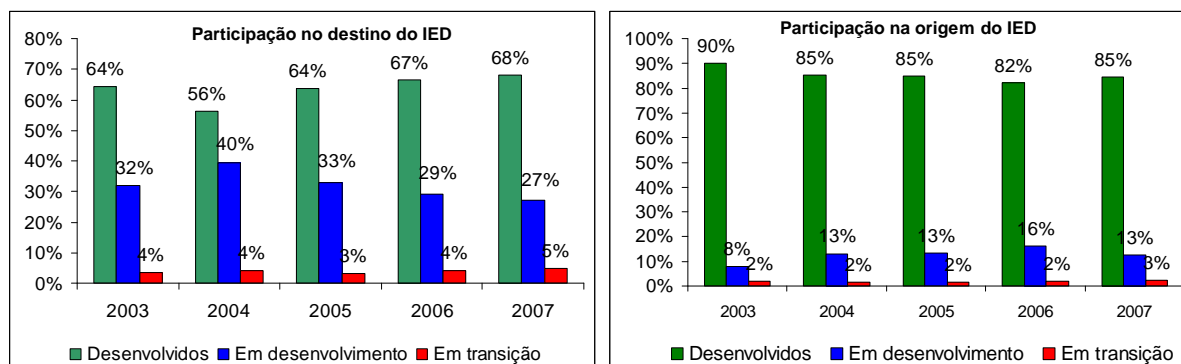
O rápido crescimento econômico e o bom desempenho das empresas transnacionais no período são os principais fatores explicativos da expansão dos investimentos externos. Os lucros das filiais estrangeiras das empresas transnacionais passaram de cerca de US\$ 200 bilhões em 2002 para mais de US\$ 1 trilhão em 2007 e contribuíram para o aumento dos lucros reinvestidos, que responderam por, aproximadamente, 30% dos fluxos totais de IED em 2007.

O aumento das fusões e aquisições de empresas entre fronteiras foi outro aspecto crucial da expansão do IED nos últimos anos. Em 2007, o valor dessas transações alcançou US\$ 1,637 bilhão e foi 21% maior que o recorde anterior, em 2000. Em 2003, foram celebradas 78 operações de valor superior a US\$ 1 bilhão, totalizando US\$ 184,2 bilhões; em 2007, foram 300 operações, que somaram US\$ 1,2 trilhão.

Todas as principais regiões geográficas registraram fluxos recordes de investimento externo direto em 2007. Contudo, as taxas de crescimento do IED nos últimos anos foi maior para os países desenvolvidos do que para os em desenvolvimento, reduzindo a participação desses últimos no total dos fluxos de investimento ao longo do período. Por outro lado, fruto da internacionaliza-

ção das empresas e da expansão das transnacionais ali sediadas, os países em desenvolvimento ganharam importância enquanto países de origem do IED. Os países em transição aumentaram sua participação, tanto como destino quanto como origem do IED no período de 2003 a 2007 (Figura 2.2).

Figura 2.2: Participação dos grupos de países nos fluxos de IED



Fonte: UNCTAD

Como tendência setorial, observou-se nos últimos anos um aumento significativo dos fluxos de IED para o setor primário, que na classificação do relatório da UNCTAD, inclui a indústria extrativa (mineração e petróleo). A participação do setor nos ingressos de IED subiu de 6,9% no fim da década de 80 para 13,2% no período de 2004 a 2006. O setor de serviços continuou respondendo pela maioria dos ingressos de investimento externo e também ganhou participação, para 55,8%. Já a participação da indústria de transformação é declinante desde 1990, tendo caído em mais de 10 pontos percentuais, para 22,9% do total em 2004-2006. Esse padrão foi observado tanto entre os países desenvolvidos como entre os em desenvolvimento. Em 2007, houve um aumento de cerca de 86% das fusões e aquisições entre países neste setor, contra crescimento aproximado de 1% no setor primário e de 36% no setor de serviços.

Um novo aspecto do IED no período recente foi a emergência dos fundos soberanos como investidores diretos. Esses fundos foram formados por alguns governos com o acúmulo de reservas internacionais e são administrados separadamente das reservas oficiais mantidas pelas autoridades monetárias. Estima-se que seus ativos atuais estejam em cerca de US\$ 5 trilhões. Embora alguns desses fundos tenham origem ainda na década de 1950, só mais recentemente eles atraíram a atenção por seu envolvimento em fusões e aquisições de grande escala e por aportes significativos de recursos em instituições financeiras norte-americanas e européias com problemas de capital. Embora os valores investidos pelos fundos na forma de IED permaneçam relativamente pequenos (só 0,2% do total de ativos em 2007), o crescimento no período recente foi grande: dos US\$ 39 bilhões investidos nas duas últimas décadas, US\$ 31 bilhões foram investidos apenas nos últimos três anos.

Empresas transnacionais e investimentos em infraestrutura

O relatório da UNCTAD sobre investimentos estrangeiros de 2008 teve como tema de destaque o papel das empresas transnacionais na provisão de infraestrutura econômica. Como as necessidades de investimento em infraestrutura ultrapassam o que os recursos domésticos, públicos e privados, são capazes de financiar, especialmente nos países em desenvolvimento, a importância dessas empresas cresceu nas duas últimas décadas.

De acordo com as estimativas da UNCTAD, de 1990 a 2006, o investimento externo direto em infraestrutura aumentou 31 vezes, para US\$ 786 bilhões, no mundo, e 29 vezes, para US\$ 199 bilhões, nos países em desenvolvimento. A participação da infraestrutura no estoque mundial de IED atingiu quase 10%, comparado a apenas 2% em 1990. Em relação aos fluxos, a participação subiu de 1,8% para 8,4%, com um pico de 9,0% em 2000 (Tabela 2.3). Na América Latina e Caribe, essa participação chegou a 23,7%, como resultado dos programas de privatização conduzidos em vários países da região. O crescimento se deu em vários setores, embora tenha sido maior em eletricidade e telecomunicações e menor em transporte e saneamento.

Tabela 2.3: Participação % da infraestrutura na entrada líquida de IED				
	1990	1995	2000	2006
Mundo	1,8	3,4	9,0	8,4
Países desenvolvidos	1,5	2,5	9,0	8,3
Países em desenvolvimento	3,8	6,0	8,8	8,9
<i>Ásia e Oceania</i>	1,4	3,9	4,4	6,0
<i>América Latina e Caribe</i>	7,4	11,8	23,7	20,1
<i>África</i>	1,3	6,0	9,3	10,4
Economias em transição	1,4	20,7	17,7	6,5

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2008

As empresas transnacionais são os principais promotores de IED em infraestrutura, embora o relatório mencione também a emergência de novos atores, como investidores institucionais e fundos soberanos. As empresas dos países desenvolvidos ainda dominam os investimentos, mas um dos destaques do período foi o crescimento significativo do envolvimento de empresas transnacionais de países em desenvolvimento. Em 2006, dentre as 100 maiores empresas transnacionais de infraestrutura do mundo, 22 eram sediadas em países em desenvolvimento ou em transição, 11 dos quais, na Ásia.

A participação das empresas transnacionais na provisão de infraestrutura assume formas diversas que vão desde a participação acionária (como nas privatizações, novos projetos e *joint ventures*) até a mera prestação de serviço, passando pelas diversas modalidades de concessões. Além da regulação, determinam a modalidade a escala, a intensidade de capital e complexidade do projeto, sua extensão regional, as características das empresas e o nível de risco envolvido. Com base no número de projetos no período de 1996 a 2006, a UNCTAD calcula que 62% dos investimentos externos em infraestrutura no

mundo se deram sob a forma de concessão, 16%, como privatização, 16% como novos projetos e 6% apenas sob administração ou *leasing*. O setor de telecomunicações se diferencia dos demais porque nele 67% dos investimentos se deram sob a forma de novos projetos.

3) COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A crise financeira internacional trouxe forte impacto sobre os fluxos de comércio no mundo. Estimativas do FMI indicam que o comércio mundial tenha crescido cerca de 4% em 2008 e se reduza quase 3% em 2009, após ter crescido 7,2% em 2007. A redução da demanda mundial e a escassez de crédito devem prejudicar a produção para a exportação, tendo efeitos particularmente relevantes para os países emergentes que mantinham estratégias de crescimento a partir de superávits em conta corrente. Alguns países apresentaram queda de mais de 30% em suas exportações nos últimos meses. Os preços das principais *commodities* exportadas reduziram-se fortemente, alguns chegaram a cair pela metade em relação aos primeiros meses do ano passado; os *spreads* nas linhas de crédito internacionais quadruplicaram em relação ao início do ano passado.

A redução de comércio pôde ser não apenas percebida pela acentuada queda de preço de commodities, mas também pela redução da produção e do quantum exportado em várias categorias industriais. A produção de manufaturas no mundo contraiu-se drasticamente nos últimos três meses de 2008, chegando a registrar queda de 15% em relação ao trimestre anterior, segundo estimativas do Institute of International Finance (IIF).

No Brasil, a corrente de comércio nos dois primeiros meses de 2009 foi significativamente menor do que no mesmo período do ano anterior. No acumulado janeiro-fevereiro, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 19,4 bilhões (-21,9% pela média diária em relação ao mesmo período do ano passado) e as importações US\$ 18,1 bilhões (-21,6%). O saldo comercial no acumulado do ano totalizou US\$ 1,2 bilhão. Após registrar déficit de US\$ 518 milhões em janeiro, o primeiro saldo negativo desde março de 2001, a balança comercial brasileira alcançou um superávit de US\$ 1,8 bilhão em fevereiro. O déficit de janeiro foi provocado tanto pela queda do preço quanto do volume das exportações brasileiras.

As três categorias de fator agregado apresentaram redução nas exportações: manufaturados (US\$ 9,0 bilhões; -30,5% em relação ao mesmo período do ano passado), semimanufaturados (US\$ 3,0 bilhões; -20,9%) e básicos (US\$ 7,0 bilhões; -4,8%). Em relação à participação, o grupo de produtos manufaturados continuou a ser o principal nas exportações brasileiras, representando 46,2% do total referente ao acumulado janeiro-fevereiro de 2009, apesar de apresentar a maior redução das três categorias de fator agregado.

Os destaques positivos nas categorias de semimanufaturados foram as exportações de açúcar em bruto (US\$ 697 milhões; 98,0% em relação ao

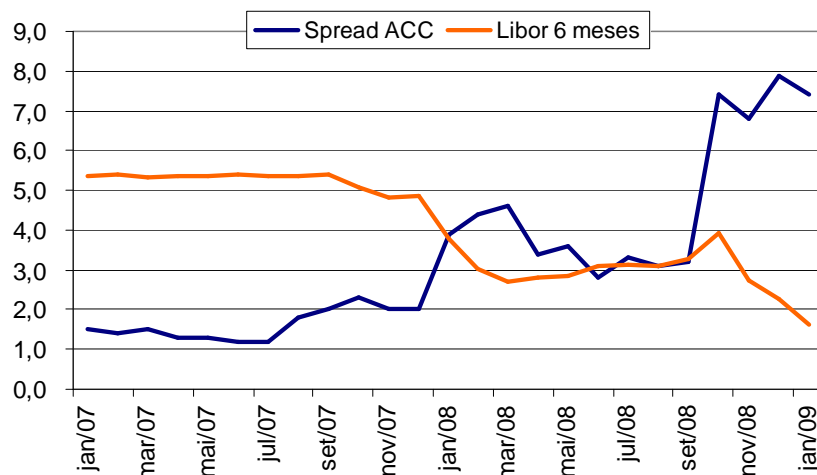
mesmo bimestre do ano passado) e alumínio em bruto (US\$ 234 milhões; +18,8%); nos manufaturados, açúcar refinado (US\$ 311 milhões; +21,1%). Todos os outros itens de maior relevância na pauta nas duas categorias apresentaram queda no período. Nos produtos básicos, o principal item exportado foi o minério de ferro, responsável por 29% do total vendido e tendo apresentado crescimento de 13% em relação a 2008. Os outros itens de maior valor exportado no período foram: petróleo bruto (US\$ 829 milhões; -28,7% em relação ao ano passado), carne de frango (US\$ 631 milhões; -17,2%), café em grão (US\$ 583 milhões; +1,6%) e soja em grão (US\$ 517 milhões; +24,4%).

Nas importações, também houve redução de todas as categorias de produto: combustíveis e lubrificantes (-32,8% em relação ao mesmo período do ano passado), matérias-primas e intermediários (-27,3%), bens de capital (-10,6%) e bens de consumo (-3,7%). Em valores absolutos, a maior participação nas importações brasileiras é representada pela categoria de uso matérias-primas e intermediários que responde por quase a metade da pauta total (47,7%).

ACC em alta e Libor em queda

O custo dos contratos de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) apresentou forte alta a partir do último trimestre do ano passado. Em dezembro de 2009, o spread médio das concessões de ACC alcançou 7,9% a.a., contra a média de 3,8% a.a. no primeiro semestre do ano. Os *spreads* médios nas linhas de ACC já vinham apresentando aumento desde o início do ano (Gráfico 3.1), mas o grande ponto de inflexão foi o mês de outubro, quando o *spread* médio saltou de 3,2% a.a. no mês anterior para 7,4% a.a., logo após o agravamento da crise financeira internacional.

Gráfico 3.1 - Spread ACC e LIBOR 6 meses: janeiro de 2007 a janeiro de 2009 (em % a.a.)



Fonte: BCB e BNDES

No mesmo período, a Libor vem apresentando sucessivas quedas, situando-se quase 4 pontos percentuais abaixo da média de 2007. Em janeiro de

2009, a taxa média da Libor praticada para operações de 6 meses foi de 1,6% a.a.. O valor da Libor em 2009 caiu quase à metade do verificado em meados do ano passado. A Libor representa o custo da taxa de juros interbancária no mercado de Londres e sua queda reflete os sucessivos cortes das taxas de juros básicas do Banco da Inglaterra. No início do ano, a instituição cortou sua taxa básica de 2,0% para 1,5% a.a., o menor nível verificado em todos os seus 314 anos.

Enquanto o aumento dos *spreads* no financiamento externo, a exemplo do ACC, é derivado da aversão ao risco dos agentes repassadores de crédito, a queda da Libor reflete a tentativa de os governos nacionais reanimarem a atividade econômica, via corte de suas taxas básicas.

A corrente de comércio brasileira se contraiu em relação a todos os blocos econômicos. O Brasil apresentou déficit com a Ásia e EUA e superávit em relação a todos os outros blocos (Tabela 3.1).

As exportações brasileiras em relação a blocos econômicos apresentaram crescimento apenas para a Ásia (+8,3%), com destaque para a China (+23,3%). Os demais blocos apresentaram retração: Mercosul (-44,1%), Estados Unidos (-38,0%), Europa Oriental (-27,3%), América Latina e Caribe, exceto Mercosul (-26,4%), União Européia (-23,1%), Oriente Médio (-22,0%) e África (-6,5%).

Tabela 3.1 Exportação, Importação e Saldo do Brasil por Blocos Geográficos: Jan-fev 2009 e 2008 (em US\$ milhões FOB)								
	Exportações		Var. % 2009/08	Importações		Var. % 2009/08	Saldo	
	2009	2008		2009	2008		2009	2008
América Latina e Caribe	4.418	7.075	-34,4	2.886	4.636	-34,6	1.532	2.439
- Mercosul	1.694	3.185	-44,1	1.573	2.568	-35,6	121	617
. Argentina	1.333	2.621	-46,5	1.274	2.273	-41,1	59	348
- Demais de AL e Caribe	2.724	3.890	-26,4	1.313	2.068	-33,3	1.411	1.822
União Européia	4.655	6.365	-23,1	3.919	5.371	-23,3	736	994
Ásia	4.159	4.039	8,3	5.413	6.511	-12,6	-1.254	-2.472
. China	1.659	1.414	23,3	2.386	2.862	-12,4	-727	-1.448
EUA (1)	2.315	3.924	-38	3.544	3.603	3,4	-1.229	321
África	1.214	1.365	-6,5	860	1.741	-48,1	354	-376
Oriente Médio	784	1.056	-22	402	843	-49,9	382	213
Europa Oriental	414	599	-27,3	208	654	-66,6	206	-55
Demais	1.411	1.654	-10,3	896	946	-0,5	515	708
TOTAL	19.370	26.077	-21,9	18.127	24.305	-21,6	1.243	1.772

Fonte: SECEX/MDIC

(1) inclui Porto Rico.

Por mercados fornecedores, ampliaram-se as importações oriundas apenas dos Estados Unidos (US\$ 3,5 bilhões; +3,4% em relação ao mesmo período do ano passado). Os demais blocos econômicos apresentaram retração: Europa Oriental (US\$ 208 milhões; -66,6%), Oriente Médio (US\$ 402 milhões; -49,9%), África (US\$ 860 milhões; -48,1%), Mercosul (US\$ 1,6 bilhão; -35,6%),

América Latina e Caribe, exceto Mercosul (US\$ 1,3 bilhão; -33,3%), União Europeia (US\$ 4,0 bilhões; -23,3%) e Ásia (US\$ 5,4 bilhões; -12,6%).

Trade Policy Review da OMC confirma Brasil como Global Trader

Na segunda semana de março de 2009, foi divulgado pela OMC o Trade Policy Review (TPR) do Brasil. O relatório traz informações detalhadas sobre a economia do país, o regime de investimento e as políticas comerciais, apresentando as especificidades por setores. A conclusão do relatório foi favorável ao Brasil ao destacar a solidez de suas políticas macroeconômicas e a capacidade de ter conseguido aproveitar o ambiente econômico mundial favorável até meados do ano passado, apesar de destacar os desafios que a crise mundial trará também para o país.

Em relação especificamente ao setor externo, o TPR ressalta que “o Brasil é um verdadeiro país do comércio mundial, com considerável diversificação na distribuição geográfica de suas exportações e importações” (p.11). São realizadas as recomendações usuais de maior abertura e redução de tarifas, mas não há maiores críticas à política externa comercial brasileira.

O documento é editado para cada país membro em bases regulares de tempo. O relatório do Japão foi o anteriormente publicado ao do Brasil; o próximo, a ser divulgado em abril, será sobre os países da Comunidade Europeia. O último relatório para o Brasil tinha sido editado em 2004.

Os relatórios estão disponíveis em www.wto.org

A desaceleração do comércio mundial a partir dos últimos meses do ano passado não chegou a comprometer de forma mais significativa os resultados da balança comercial brasileira no total do ano. Em 2008, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 197,9 bilhões (+23,2% em relação a 2007) e as importações, US\$ 173,2 bilhões (+43,6%). O saldo comercial no período foi de US\$ 24,7 bilhões.

Todas as categorias de fator agregado na pauta de exportações do Brasil alcançaram valores recordes históricos e taxas de crescimento superiores a dois dígitos em 2008: manufaturados (US\$ 92,7 bilhões, +10,4 % em relação a 2007), semimanufaturados (US\$ 27,1 bilhões; +24,2%) e básicos (US\$ 73,0 bilhões; +41,5%) (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 Exportações do Brasil por Fatores Agregados e Principais Produtos: 2008 e 2007 (em US\$ milhões FOB)				
	2008	2007	Var. % 2008/07	Part % 2008
Básicos	73.028	51.596	41,5%	36,9%
Minério de Ferro	16.539	10.558	56,6%	8,4%
Soja em Grão	10.592	6.709	57,9%	5,4%
Petróleo em Bruto	13.556	8.905	52,2%	6,8%
Carne de Frango	5.822	4.217	38,1%	2,9%
Demais	26.519	21.207	25,0%	13,4%
Semimanufaturados	27.073	21.800	24,2%	13,7%
Celulose	3.901	3.012	29,5%	2,0%
Produtos Semimanufs. de ferro/aço	4.002	2.340	71,0%	2,0%
Açúcar em Bruto	3.650	3.130	16,6%	1,8%
Ferros Fundidos	3.145	1.867	68,5%	1,6%
Demais	12.375	11.451	8,1%	6,3%
Manufaturados	92.683	83.943	10,4%	46,8%
Aviões	5.495	4.719	16,4%	2,8%
Automóveis de passageiros	4.916	4.653	5,7%	2,5%
Autopeças	3.510	3.186	10,2%	1,8%
Óleos combustíveis	2.964	2.292	29,3%	1,5%
Motores para automóveis	2.683	2.556	5,0%	1,4%
Apars. transmissores ou receptores	2.550	2.353	8,4%	1,3%
Alcool Etílico*	2.390	1.478	61,7%	1,2%
Veículos de carga	2.176	2.054	5,9%	1,1%
Motores e geradores elétricos	2.167	1.707	26,9%	1,1%
Demais	65.999	60.652	8,8%	33,3%
Operações Especiais	5.159	3.311	55,8%	2,6%
Total	197.943	160.650	23,2%	100,0%

* inclui etanol combustível

Fonte: MDIC/Secex

O grupo de produtos manufaturados continuou a ser o principal nas exportações brasileiras, respondendo por 46,8% do total referente ao período de janeiro a dezembro de 2008, apesar de ter apresentado a menor taxa de crescimento das três categorias de fator agregado. O segmento de exportações de aviões (US\$ 5,5 bilhões) se manteve como principal item da pauta de manufaturados. Em seguida, destacaram-se as exportações de automóveis de passageiros (US\$ 4,9 bilhões) e autopeças (US\$ 3,5 bilhões). Também apresentou expressivo crescimento a venda ao exterior de álcool etílico (+61,7 %).

Dentre os principais produtos manufaturados, as únicas exportações que apresentaram maiores quedas em relação a 2007 foram as de suco de laranja congelado (-25,8%), devido principalmente à quantidade (-20,2% em relação a 2007), mas também à queda de preço (-7%). As exportações de produtos laminados planos de ferro ou aço e açúcar refinado apresentaram quedas em quantidade, porém crescimento em preço.

No segmento de produtos semimanufaturados, houve incrementos significativos das vendas de produtos de ferro/aço (+71,0%), ferro fundido (+68,5%) e celulose (+29,5%), que juntos colaboraram para a sustentação da taxa de crescimento total da categoria de semimanufaturados.

Os produtos básicos foram os que apresentaram maior crescimento das exportações em relação a 2007. Três grupos de produtos (minério de ferro, petróleo bruto, grãos e farelo de soja) responderam por mais da metade da pauta, e todos apresentaram alto crescimento das exportações em 2008. A taxa de crescimento dos básicos foi mais que o dobro da média total da pauta brasileira em 2008.

As exportações brasileiras de petróleo e derivados alcançaram US\$ 23 bilhões no ano passado, representando crescimento de 43,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Todavia, ao se tratar do quantum exportado, observa-se redução de 1,3% das vendas de barris no período. O aumento do preço médio da *commodity* durante o ano no mercado internacional foi determinante no incremento da receita total no segmento.

O aumento das importações ocorreu com equilíbrio em todas as categorias de uso, que apresentaram crescimento entre 40% e 60% no período, sendo o segmento de combustíveis e lubrificantes responsável pela maior taxa de crescimento, 56,7% em relação a 2007 (Tabela 3.3). O aumento nas despesas com as compras de combustíveis e lubrificantes resultou, principalmente, da ampliação dos gastos com petróleo e derivados; especificamente por conta do aumento mais acelerado dos preços internacionais de petróleo no segundo quadrimestre do ano e da maior quantidade e preço no caso de gás natural e óleos combustíveis.

Tabela 3.3: Importação do Brasil por Categoria de Uso: 2008 e 2007 (em US\$ milhões FOB)				
	2008	2007	Var. % 2008/07	Part. % 2008
Bens de Capital	35.929	25.125	43,0%	20,7%
Máquinas industriais	18.827	13.367	40,8%	10,9%
Outros bens de capital	17.102	11.758	45,4%	9,9%
Matérias-primas e intermediários	83.277	59.381	40,2%	48,1%
Bens de Consumo	22.525	16.027	40,5%	13,0%
Não-duráveis	9.816	7.776	26,2%	5,7%
Duráveis	12.709	8.251	54,0%	7,3%
Combustíveis e lubrificantes	31.466	20.085	56,7%	18,2%
Petróleo	16.391	6.983	134,7%	9,5%
Demais	15.075	13.102	15,1%	8,7%
Total	173.197	120.618	43,6%	100,0%

Fonte: MDIC/Secex

Em valores absolutos, a maior participação nas importações brasileiras esteve nas categorias de matérias-primas e bens intermediários, que responderam por quase a metade da pauta total. Somadas às compras de combustíveis e lubrificantes, essas categorias chegaram a 2/3 da pauta.

Entretanto, após as compras de petróleo bruto e óleos combustíveis, o principal item importado pelo Brasil esteve na categoria de bens de consumo: automóveis de passageiros (US\$ 5,3 bilhões em 2008), principalmente originados na Argentina (US\$ 2,4 bilhões), México (US\$ 1,0 bilhão) e Coréia do Sul (US\$ 0,7 bilhão). As exportações brasileiras de automóveis de passageiros fo-

ram de US\$ 4,9 bilhões no mesmo período, o que representou superávit de aproximadamente US\$ 400 milhões no grupo desses produtos. O principal destino das exportações brasileiras de automóveis também foi a Argentina (US\$ 2,6 bilhões), seguida de Alemanha (US\$ 1,1 bilhão) e México (US\$ 0,6 bilhão). É importante destacar que a compra de fertilizantes (cloreto de potássio) pelo Brasil apresentou um crescimento de 155,2%, sendo Canadá (US\$ 1,2 bilhão) o principal país de origem.

As exportações do Brasil apresentaram crescimento em relação a todos os blocos em 2008, mas a taxa de crescimento das importações foi maior em todos blocos (Tabela 3.4).

O principal destino das exportações brasileiras totais continuou a ser os Estados Unidos (US\$ 27,6 bilhões em 2008). As vendas apresentaram expansão de 9,2% em relação a 2007, mas sua participação declinou de 15,8% para 14,0%. Houve acentuada redução das exportações brasileiras de motores para veículos, calçados e autopeças; tais quedas foram compensadas pelo aumento das vendas de petróleo, o que garantiu não haver redução nas exportações brasileiras totais àquele país. As importações do Brasil provenientes dos Estados Unidos cresceram mais que três vezes em relação ao valor exportado, o que implicou a redução de US\$ 4,6 bilhões no saldo comercial do Brasil em relação ao ano anterior.

Tabela 3.4: Exportação, Importação e Saldo do Brasil por Blocos Geográficos: 2008 e 2007 (em US\$ milhões FOB)

	Exportações		Var. % 2008/07	Importações		Var. % 2008/07	Saldo	
	2008	2007		2008	2007		2008	2007
União Européia	46.395	40.428	14,8%	36.192	26.734	35,4%	10.203	13.694
ALADI	43.095	36.426	18,3%	27.491	20.563	33,7%	15.604	15.863
Ásia	37.442	25.086	49,3%	47.125	30.723	53,4%	(9.683)	(5.637)
EUA*	27.648	25.314	9,2%	25.810	18.888	36,6%	1.838	6.426
África	10.170	8.578	18,6%	15.756	11.347	38,9%	(5.586)	(2.769)
Oriente Médio	8.055	6.399	25,9%	6.232	3.205	94,4%	1.823	3.194
Europa Oriental	5.580	4.309	29,5%	5.338	2.766	93,0%	242	1.543
Demais	19.558	14.108	38,6%	9.253	6.391	44,8%	10.305	7.717
Total	197.943	160.648	23,2%	173.197	120.617	43,6%	24.746	40.031

Fonte: MDIC/Secex

* inclui Porto Rico.

Nas vendas para a Argentina (US\$ 17,6 bilhões), segundo principal destino dos produtos brasileiros, houve crescimento em praticamente todos os principais itens tradicionalmente exportados: automóveis, autopeças, celulares, veículos de carga, combustíveis, motores para veículos, tratores e laminados planos. Em relação ao ano anterior, houve aumento de 20,7%.

Os países da Aladi representaram o segundo principal destino das exportações brasileiras em 2008, situados apenas atrás da União Européia. O desempenho das vendas brasileiras para os países latino-americanos foi fortemente influenciado pelo comportamento das exportações para o Mercosul (US\$

21,7 bilhões), que cresceram 23,8% em relação a 2007, especialmente devido ao mercado argentino que corresponde a quase 50% do valor total.

A exportação para os países da Ásia (US\$ 37,4 bilhões) também se destacou ao apresentar crescimento de 49,3%. O principal parceiro do Brasil no continente é a China, para onde as exportações brasileiras cresceram 50,8% totalizando o valor de US\$ 16,4 bilhões no período. A China foi o terceiro país na pauta total de exportações brasileiras.

A principal origem das importações brasileiras está nos países da Ásia, respondendo por US\$ 47,1 bilhões, ou seja, 27,2% das compras totais do país no exterior. A China foi responsável por cerca de 2/5 desse valor, sendo a segunda principal origem das importações do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. Em relação à China, o déficit brasileiro em 2007 (US\$ 1,9 milhões de janeiro a dezembro) tornou-se mais significativo em 2008 (US\$ 3,6 milhões). Os países asiáticos são os que apresentaram maior superávit com o Brasil.

Após a Ásia, o bloco econômico formado pelos países da África foi o que apresentou o maior superávit em relação ao Brasil. O déficit brasileiro em relação aos países africanos dobrou em relação a 2007, alcançando US\$ 5,6 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro de 2008. Esse resultado foi favorecido pelo incremento das importações de petróleo e fertilizantes. A Nigéria representa 42,6% na participação das importações de origem africana, nas quais 98,1% estão concentradas na compra de petróleo. As importações brasileiras de Angola aumentaram quase 200% em relação ao ano passado, também preponderantemente devido ao petróleo.

As importações de petróleo pelo Brasil também ampliaram o comércio com os países do Oriente Médio, que mostraram o maior crescimento relativo em relação ao ano anterior. Atualmente, as principais origens das importações de petróleo pelo Brasil são Nigéria (US\$ 6,6 bilhões de janeiro a dezembro de 2008), Arábia Saudita (US\$ 2,5 bilhão), Angola (US\$ 2,2 bilhões), Argélia (US\$ 1,7 bilhão) e Líbia (US\$ 1,4 bilhão).

MATÉRIA ESPECIAL

A evolução das relações econômicas entre China e Estados Unidos: destaques e implicações para o presente

Cecília Carvalho
Fabrício Catermol¹

1 – Introdução

O ano de 2008 parece ter sido marcado como o fim de um ciclo de crescimento econômico que alcançou, de uma forma ou outra, praticamente todos os países. Após a turbulência financeira assistida através da redução do preço de ativos, quebras de importantes instituições financeiras no mundo e desvalorização de praticamente todas as moedas nacionais em relação ao dólar dos EUA e o iene, rapidamente constata-se queda nos indicadores de produção e aumento do desemprego.

Em janeiro de 2009, Estados Unidos e China celebraram 30 anos de relações diplomáticas. Conhecida como “diplomacia do ping-pong”, devido ao uso do esporte para a retomada da comunicação entre os dois países, a política de aproximação dos Estados Unidos com a China teve como marco a visita do Presidente Richard Nixon a, até então fechada, China, em 1972. Passados dois anos da morte de Mao Tse Tung, em 1979, os dois países estabeleceram vínculos diplomáticos formais.

Os fatores de debilidades enfrentados por ambas as nações no decorrer da década de 1970, junto com o contexto de insegurança que pairava no sistema internacional durante a Guerra Fria, foram alicerces que favoreceram a aproximação entre os EUA e a China naquele período.

O presente texto procura retomar o histórico de aproximação entre China e Estados Unidos, desde a década de 1970, na tentativa de fornecer elementos para o entendimento da estratégia de desenvolvimento daquele país e das relações produtivas e comerciais atualmente existentes entre ambos. A dinâmica das relações entre os dois países mostra-se particularmente relevante no atual contexto de crise econômica mundial, no qual os dois países parecem ter papel fundamental para sua superação.

2 - A aproximação entre os EUA e a China

Com o estabelecimento efetivo das relações entre EUA e China em 1972, percebeu-se o avanço das trocas comerciais entre as nações (Tabela 1). No início da década de 1980, com o crescente volume de exportações chine-

¹ Respectivamente, Bacharel em Relações Internacionais pela PUC/RJ e Economista do BNDES.

sas, observa-se o aparecimento de déficit comercial dos EUA com a China, de US\$ 426 milhões em 1985. Em 1995, o déficit americano foi cerca de vinte e seis vezes maior do que o constatado em 1985, apresentando o valor total de US\$ 11,4 bilhões. O déficit comercial americano apresentou incrementos significativos desde então, totalizando em 2008 o valor de US\$ 266,3 bilhões (Tabela 1).

Tabela 1: Balança Comercial dos EUA com a China: 1975 a 2008 (em US\$ milhões)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1975	304	159	145
1980	3.755	1.161	2.594
1985	3.796	4.222	-426
1990	4.807	16.261	-11.453
1995	11.748	48.506	-36.757
2000	16.252	107.615	-91.362
2005	41.835	259.829	-217.994
2008	71.412	337.745	-266.333

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *United Nations Commodity Trade Statistics Database (Comtrade)* e *United States International Trade Commission*

O crescimento explosivo das exportações chinesas, assim como o acúmulo de superávit comercial com os EUA, foi um fator crucial para o desenvolvimento da China (Medeiros, 2000, p. 320). Nesse sentido, a nova aliança estratégica com os EUA teve um papel decisivo para o sucesso econômico chinês (Fiori, 2007, p.180). O desenvolvimento do país se construiu por meio de uma clara estratégia de promoção de exportações, captação de investimento externo e ainda o acesso às finanças internacionais (Medeiros, 2000, p. 337). Esse modelo, junto com a forte presença do Estado, permitiu a criação das Zonas Econômicas Especiais que por meio do estímulo às exportações e atração de IED favoreceram o acúmulo de reservas internacionais²

Através das ZEE, os chineses passaram a sustentar uma continuada elevação da taxa de acumulação interna de capital e uma rápida incorporação de novas tecnologias mediante o estímulo a criação de *joint ventures* com empresas estrangeiras, condição imposta nas zonas especiais para a implantação dessas empresas estrangeiras. A posição da China na economia mundial melhorou profundamente a partir de uma alta taxa de crescimento interno, absorção de IED e de crescimento das exportações (Tavares e Beluzzo, 2005, p.133). Esse modelo de desenvolvimento possibilitou o acúmulo e intercâmbio

² As ZEE localizavam-se nas províncias costeiras da China. Seu objetivo era a produção voltada exclusivamente para a exportação e foram importantes para a assimilação de tecnologias avançadas. As ZEE possuíam incentivos fiscais e isenção de taxas de importação para máquinas especiais. Ver Prasad e Wei (2005) para uma avaliação da importância dos fluxos de capital não provenientes do IED ou do superávit em conta corrente na formação das reservas internacionais da China no início do século XXI.

de conhecimento entre as empresas, favorecendo a modernização industrial e tecnológica da China ampliando a absorção de tecnologias modernas e *know-how*.

As exportações foram um componente importante de demanda efetiva na economia chinesa, apresentando crescimento extraordinário desde a década de 1970. Em 1985, o valor das exportações foi, aproximadamente, cinco vezes maior em comparação a 1975, alcançando um total de US\$ 25,6 bilhões. Em 1995, as exportações provenientes da China já representavam 3% das exportações mundiais; esta participação apresentou incrementos significativos desde então (Tabela 2).

Atualmente, a China é o segundo maior absorvedor de IED depois dos EUA. De 1990 a 2000, a entrada de IED na China totalizou uma média de US\$ 30,1 bilhões, representando 6% da participação mundial. Já em 2004 a entrada de IED na China mais que dobrou em relação a 2000, apresentando um total de US\$ 60,6 bilhões, elevando sua participação mundial para 8%.³

Tabela 2: Participação das Exportações da China nas Exportações Mundiais: 1970 a 2007 (em US\$ milhões)			
Ano	Exportações Mundiais	Exportações da China	Part %
1970	317.000	2.514	0,8%
1975	877.000	6.019	0,7%
1980	2.034.000	19.704	1,0%
1985	1.954.000	25.632	1,3%
1990	3.449.000	62.091	1,8%
1995	5.164.000	148.779	2,9%
2000	6.454.000	249.203	3,9%
2005	10.482.000	761.953	7,3%
2007	13.898.000	1.217.776	8,8%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Hoje em dia, a China destaca-se como uma grande receptora de investimentos norte-americanos. Apresentando um estoque de US\$ 70 bilhões de investimento das grandes multinacionais americanas. Com isso, a China afirma-se como o primeiro país entre os países em desenvolvimento em termos de renda transferida para as empresas dos EUA (Medeiros, 2005, p. 171).

Os EUA tem sido um importante parceiro comercial da China, compreendendo mais de 20% do destino das exportações chinesas. Em geral, os

³ Os segmentos correspondentes a empreendimentos originados por investimento direto externo representam 20% do PIB chinês, respondendo por 50% das exportações chinesas e por 60% das importações, apesar de empregar apenas 3% da mão-de-obra do país. Estima-se que o investimento externo direto contribuiu para 40% do crescimento econômico chinês nos últimos anos (Whalley e Xin, 2006).

EUA representam grandes importadores de manufaturas chinesas, enquanto a China importa dos EUA, majoritariamente, bens de capital, grãos e outros insumos escassos na sua economia.

Em 1980, a concessão do tratamento de Nação Mais Favorecida (MFN) dos EUA à China, e ainda a classificação da China como “nação em desenvolvimento”, favoreceu o aprofundamento das relações comerciais entre ambas as nações. Essa medida resultou na redução, pela metade, das tarifas americanas de importação de têxteis e vestuários chineses. Como consequência, a China se afirmou em 1979 como a maior exportadora de têxteis para os EUA, e os EUA se tornaram o segundo maior parceiro comercial da China.

Atualmente, a China é o principal país com superávit em relação aos Estados Unidos. Em 2008, o saldo comercial da China foi de US\$ 266,3 bilhões, valor mais do que o dobro do segundo país de maior superávit, o Japão. Desde 2000, a China é o país de maior superávit comercial com os Estados Unidos, ano no qual ultrapassou o Japão.

Apesar da crescente importância dos produtos chineses nos Estados Unidos, como observado em Bown et al. (2006), medidas protecionistas contra a China pouco influenciariam os resultados em conta corrente dos Estados Unidos, que realiza compras em larga escala de outros países, tanto em desenvolvimento (por ex.: têxteis e confecções) quanto industrializados (por ex.: aço e autopeças). Atualmente, as importações provenientes da China representam apenas 16% da pauta total dos EUA.

As ponderações realizadas sobre a importância das exportações chinesas para a economia dos EUA não devem, entretanto, ofuscar a peculiaridade da relação entre os dois países; a China apresenta características que a tornam única no cenário mundial.

Além do grande volume exportado, a necessidade de importação da China também é significativa, o que a torna um “duplo pólo” na economia mundial (Medeiros, 2000): como principal produtora de manufaturas a preços reduzidos e como fonte de grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, indústrias de tecnologia e matérias-primas.⁴ Para manter seu desenvolvimento industrial a China enfrenta desafios, como a escassez de matérias-primas fundamentais para seu avanço.⁵ Durante a primeira metade da

⁴ Ver Eichengreen e Tong (2007) no mesmo sentido, sobre a China ao ser ao mesmo tempo um grande exportador e representar um grande mercado consumidor e as implicações desta peculiaridade nos efeitos dos fluxos de investimento externo direto. Os vultuosos fluxos de investimento direto para a China não significaram, necessariamente, o desvio de investimento em direção a outros países, mas contribuíram em muitos casos para o seu próprio aumento. Houve aumento do IED nos países asiáticos que participam da mesma cadeia produtiva mundial que a China, apesar de conclusão contrária poder ser obtida quando analisados os casos dos países da OCDE, que sofreram queda dos fluxos de IED em detrimento daqueles países.

⁵ A necessidade de matérias-prima é apontada por alguns autores como um dos motivos de expansão da presença chinesa na África, objetivando a garantia de um suprimento de recursos (em especial, petróleo e gás) mais seguro do que no mercado mundial. Ver Besada, Wang e Walley (2008) para uma avaliação do fluxo comercial e de investimento externo direto entre a China e os países africanos, bem como do argumento acima.

década de 1970, aproximadamente 70% da pauta de importação chinesa se baseava na compra de grãos, sendo os EUA seu principal fornecedor. Já a partir de 1975, essas importações se reduziram devido a avanços na produção agrícola doméstica. Em conjunto com o petróleo e outras *commodities*, as necessidades de importação de máquinas e equipamentos e armas sofisticadas pressionam imensamente a necessidade de divisas e a importância do mercado externo para o desenvolvimento chinês.

Até o final da década de 1980, o fluxo comercial entre a China e os EUA se deu, majoritariamente, via a exportação de têxteis, calçados e produtos eletrodomésticos chineses para os EUA; e a exportação de máquinas e equipamentos, produtos alimentícios e tecnologias americanas para a China.

No entanto, a partir da década de 1990, o programa de desenvolvimento industrial traçado pelo estado chinês, que priorizava a realização de *joint ventures* com as empresas estrangeiras, favorecendo o acúmulo de *know-how* por meio do contato e intercâmbio de tecnologias externas avançadas, possibilitou a tendência de diversificação da pauta de exportação chinesa, que passou a apresentar incremento nas exportações de produtos com maior conteúdo tecnológico e de maior valor agregado. Em 1995, as exportações de insumos industriais somadas à exportação de máquinas e equipamentos já representavam mais de 47% da pauta de exportação chinesa. De 1985 a 1995, as exportações de máquinas e equipamentos sofreram incremento de US\$ 30,9 bilhões, alcançando o valor total de US\$ 32,2 bilhões. Observou-se uma variação extraordinária das exportações de máquinas e equipamentos e de insumos industriais do ano de 2005 em comparação ao ano de 1995, apresentando, respectivamente, o incremento de 1021% e 300%.

A pauta de exportações da China é significativamente mais sofisticada do que normalmente esperada para um país de seu nível de renda. Políticas de governo foram capazes de desenvolver indústrias em segmentos de maior conteúdo tecnológico, que não se desenvolveriam no país na sua ausência.⁶

A maior sofisticação da pauta chinesa de exportações não implica, porém, necessariamente a competição direta com a indústria norte-americana. As relações entre os dois países podem continuar complementares. A despeito de questões político-militares⁷, a partir de um ponto de vista estritamente comercial, a indústria dos EUA pode continuar a se beneficiar mesmo com a crescente sofisticação das exportações chinesas, sem estas representarem uma ameaça. Parte da origem da crescente sofisticação das exportações na China passa pela questão sobre o controle da produção – na detenção dos projetos e especificações de produção – e a especialização, em vários segmentos, dentro de uma mesma cadeia produtiva. Superada a fase de aproveitamento da mão-de-obra barata, em muitos casos, fábricas chinesas produzem em larga escala componentes de alto conteúdo tecnológico que são utilizados localmente ou

⁶ ver Rodrik (2006) e Wang e Wei (2008).

⁷ O desenvolvimento tecnológico está ligado também a P&D referente ao complexo militar, gerando, este sim crescente preocupação por parte de segmentos do governo norte-americano. De forma análoga, os EUA são percebidos pelo governo chinês como a principal ameaça para sua segurança militar na região; ver Medeiros (2008, p.263-269).

em outros países, mas o controle referente a “o que fazer” continua em matrizes norte-americanas, japonesas ou europeias.

3 – Conclusões

As relações produtivas entre China e EUA são antigas e hoje podem ser consideradas estruturais, ou seja, de difícil mudança em pouco tempo. O grande fluxo de comércio e a presença de empresas de capital de origem americana produzindo na China demonstram as fortes ligações entre os dois países. As relações entre os dois países são muito mais do que apenas comerciais em um sentido estrito. A possível guerra comercial temida no cenário internacional, com o recrudescimento de protecionismo devido à crise econômica mundial, apesar de poder ter efeitos claros, apresentaria limites nesse caso.

O programa de desenvolvimento singular promovido pelo Estado chinês teve como alicerces fundamentais os incentivos de desenvolvimento da economia doméstica em conjunto com a interação do âmbito internacional mediante abertura comercial do país. O modelo econômico desenvolvido pela China, em conjunto com o aparato estratégico do Estado, baseou-se na importância das exportações e dos IED como fonte de acúmulo de reservas internacionais e de *know-how*, fornecendo meios que possibilitassem a compra de máquinas e tecnologias avançadas como forma de modernizar o setor industrial do país. Com o tempo, o modelo adotado permitiu à China caminhar de forma mais autônoma tornando-se, atualmente, a principal economia emergente no sistema internacional.

Os EUA desempenharam participação determinante no crescimento inicial da economia chinesa. Com a relação comercial restabelecida entre os países a partir da década de 1970, e a abertura da economia chinesa ao ocidente, o fluxo comercial entre os países se expandiu de forma grandiosa. O contato com os EUA foi fundamental por ser considerado um grande fornecedor de tecnologias e maquinários avançados além de proporcionar intercâmbios enriquecedores por meio da alocação de investimentos em territórios chineses, que favoreceram ainda o extraordinário incremento do acúmulo de divisas pela China, vitais para a importação de bens de capital. As trocas entre as nações foram benéficas para ambos: os EUA ganhavam com a importação de manufaturas baratas advindas da China, enquanto ela obtinha ganhos para a modernização industrial do país por meio da importação de máquinas e a acumulação de conhecimentos através de *joint ventures*.

Entretanto, apesar de a China ser de extrema relevância na atual composição da pauta de importações dos EUA e de seu déficit comercial, ela não é o único país a determiná-lo. Os EUA apresentam expressivo volume de compras oriundas de Canadá, México, Japão e Alemanha, além de uma grande faixa de países com participações médias, mas que no conjunto formam quase metade da pauta total de suas importações. Para mudar essa característica que já perdura há anos, tendo sua origem nos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980, a indústria norte-americana deveria passar por uma profunda transformação, cenário pouco provável em curto intervalo de tempo. Sem dúvi-

da, as empresas norte-americanas continuam a deter a capacidade de produzir, mas a interiorização da produção no limite de suas fronteiras, com o emprego de mão-de-obra local, necessitaria de um significativo, e talvez demorado, processo de adaptação.

BIBLIOGRAFIA

BESADA, Hany; WANG, Yang e WHALLEY, J. (2008) China's growing economic activity in Africa. **NBER Working Paper** 14024

EICHENGREEN, Barry e TONG, Hui. (2007) Is China's FDI coming at the expense of the other countries ? **Journal of the Japanese and International Economies**, Elsevier, vol. 21(2), pp. 153-172

FIORI, José Luís. *Estranha forma de governar o mundo*. In: O Poder Global. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. *China: entre os séculos XX e XXI*. In: FIORI, J. L. *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. *A Economia Política da Internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China*. In: O Poder americano. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

_____. *Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China* In: FIORI, J., MEDEIROS, C. e SERRANO, F. *O Mito do Colapso do Poder Americano*, 2008

PRASAD, Eswar e WEI, Shang-Jin (2005) The Chinese Approach to Capital Inflows: Patterns and Possible Explanations. IMF Working Paper 05/79

RODRIK, Dani (2006) What's so special about China's exports? NBER Working Paper 11947

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano*. In: O poder americano. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

WHALLEY, John. e Xin, Xian. (2006) China's FDI and Non-FDI economies and the sustainability of future high chinese growth. NBER Working Paper, nº 12249, Cambridge, MA

WANG, Zhi e WEI, Shang-Jin (2008) What Accounts for the Rising Sophistication of China's exports? NBER Working Paper 13771